

# ÁREAS DE FRONTEIRA NA PERSPECTIVA DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA\*

Naia Oliveira\*\*

## Introdução

Um novo mapa do Mundo está sendo desenhado não só a partir da queda do Muro de Berlim e da extinção oficial da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, mas também através da internacionalização da economia, no marco de profundas mudanças tecnológicas e da formação de grandes blocos de países.

As grandes transformações mundiais deste fim de século impõem uma distribuição peculiar das atividades produtivas vinculadas ao avanço das comunicações e da informática; um movimento populacional específico; e uma redefinição do papel do Estado. Desse conjunto de alterações, surge um novo quadro social.

Assim sendo, essa dinâmica profundamente alterada pela reestruturação econômica que experimenta o capitalismo a nível internacional gera fenômenos complexos, tanto de âmbito mundial como local. Aqui podemos colocar a questão da transformação do perfil que estão sofrendo as áreas de fronteira entre os países, pois os traços dos limites político-geográficos ganham tons mais tênues nesse redesenho da cartografia do Mundo atual.

É no processo de uma nova tentativa de integração da América Latina que se insere esta reflexão preliminar sobre as áreas de fronteira, centrada na revisão do papel político destas e numa breve análise sócio-econômica que tem como eixo a divisão do trabalho,<sup>1</sup> utilizando principalmente informações sobre o desempenho econômico e a distribuição populacional. Dessa forma, buscamos oferecer subsídios para a formulação de políticas e estratégias que pretendam imprimir um novo perfil ao território fronteiriço, que, de área limítrofe, poderá passar à área de integração, a fim de consolidar um centro de desenvolvimento regional e não se transformar simplesmente em "corredor de mercadorias", com o processo de criação de um espaço econômico comum para o Cone Sul.

---

\* Este artigo deriva-se da pesquisa **O Processo de Urbanização do Rio Grande do Sul no Período Pós-60, Face às Mudanças nos Aspectos Técnicos da Produção Industrial e Agrícola**, em desenvolvimento no Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos (NERU) da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE) e que conta, para sua elaboração, com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS).

\*\* Socióloga da FEE.

<sup>1</sup> Os pressupostos analíticos que estão na base dessa reflexão dizem respeito ao conceito de formação econômico-social, que traz, dentro de si, a noção de divisão territorial do trabalho, incorporando as condições necessárias à produção social e as formas de organização da sociedade, cuja expressão decorre do padrão de acumulação característico em cada conjuntura histórica. Essas formulações ganham sustentação nos trabalhos de Breitbach (1988), Santos (1979, 1988), e Castells (1986), entre outros.

Contemplamos neste artigo a região situada entre a Província de Corrientes, na Argentina, e o Estado do Rio Grande do Sul, no Brasil, onde destacamos os núcleos urbanos de Paso de Los Libres-Uruguaiana e Santo Tomé-São Borja, tendo em vista especialmente a relevância demográfica: essas duas aglomerações somam mais de 100.000 habitantes, segundo os dados dos últimos Censos, constituindo-se nas áreas mais populosas dessa fronteira.

## Áreas de fronteira no contexto da integração

O conceito de fronteira remete à idéia de limite, resultante da afirmação da soberania de um Estado sobre um determinado espaço. Portanto, são os limites político-geográficos que conformam os territórios nacionais, dentro dos quais se organizam os diversos aspectos da vida social e do Estado.

A origem da palavra fronteira, encontrada em Neves (1976), permite-nos esboçar uma primeira abordagem do seu significado, que está referido a uma área posicionada frente à outra. Avançando na reflexão, podemos considerar, como Posse (1991), que "A área de fronteira é, na realidade, uma área de transição, dado que, em geral, as influências recíprocas determinam especificidades de comportamento dessa área em relação ao restante dos respectivos países"<sup>2</sup>.

Portanto, a idéia de limite expressa a conformação de um território onde o Estado exerce a sua função, e a de área fronteira caracteriza-se pela criação de um espaço com potencialidade para produzir uma região com identidade e questões específicas.

É importante esclarecermos, também, o significado de zona de fronteira, na tentativa de compreender melhor essas áreas. Trata-se de uma extensão menor, geralmente constituída por núcleos contíguos: são as conurbações que abarcam cidades vizinhas.

A idéia de fronteira incorpora um caráter contraditório, pois, ao mesmo tempo em que separa nações, ressaltando suas identidades, pode também diluí-las, já que desfalda a primeira porção de tangência, com a potencialidade de expressar um espaço de identificações. Frente ao processo de formação de blocos econômicos, numa perspectiva de integração, a concepção de área fronteira dos países distancia-se da idéia de limite e volta-se para a de possibilidade (SCHAFFER, 1990, p.152-55).

No contexto da integração do Cone Sul, certamente a região formada pela Província de Corrientes e pelo Estado do Rio Grande do Sul sofrerá mudanças de ordem social, econômica e cultural, com a possibilidade de contribuir na definição de um novo perfil de urbanização, principalmente os núcleos de Paso de Los Libres e Santo Tomé, no lado argentino, e de Uruguaiana e São Borja, no lado brasileiro, que poderão assumir um novo papel: de áreas caracterizadas como limites geopolíticos para centros regionais.

<sup>2</sup> No original: "El área de frontera es en realidad un área de interfase, dado que en general las influencias recíprocas determinan especialidades de comportamiento de dicha área en relación con el resto de los respectivos países".

Na tentativa de apreender as repercussões dos planos de integração nessa região, devemos destacar alguns elementos de sua formação histórica. Trata-se de uma área — a região platina — marcada pela disputa travada pelos dois impérios ibéricos, onde as cidades emergiram de uma conjuntura conflitiva para garantir e até expandir os limites de suas soberanias. Esse espaço fronteiriço, incluindo também o Paraguai, foi marcado inicialmente pelo trabalho dos jesuítas, que imprimiram uma cultura própria à região, desmantelada a partir dos processos de independência que desembocaram na criação dos Estados nacionais.

A pecuária extensiva constituiu-se na atividade produtiva predominante e, nos padrões em que era praticada, foi a responsável pela forma de apropriação da terra, a grande propriedade, originando unidades administrativas de grande dimensão territorial e de baixa densidade populacional.

As províncias da Região Nordeste da Argentina, da qual faz parte Corrientes, mantiveram-se (e vêm se mantendo) relativamente à margem da dinâmica da economia nacional. No Período Colonial, a economia mineradora estruturava-se no eixo Buenos Aires, Córdoba e Tucumán, tendo, posteriormente, o seu desenvolvimento sustentado pela economia agroexportadora, com o predomínio da região pampeana. O processo de industrialização do País, já no século XX, a partir de meados da década de 30, concentrou-se basicamente em torno da capital federal. A estrutura econômica da Argentina caracteriza-se ainda hoje por profundas desigualdades regionais, predominando um sistema urbano polarizado em torno da metrópole, onde a Província de Corrientes tem sua economia baseada principalmente na produção primária, organizada de forma tradicional, e o setor industrial, restrito à transformação de produtos agropecuários, permanecendo na periferia do processo de desenvolvimento econômico.<sup>3</sup> De acordo com o **Diagnóstico y Elementos para la Formulación de una Estrategia para la Región NEA** (CEUR, 1985), o setor agropecuário correntino reduziu sua participação na economia nacional nos anos 80, quando metade desse setor correspondia à agricultura, onde o arroz, a erva-mate e a laranja eram os principais produtos; na pecuária, o gado bovino e o ovino detinham a maior importância.

No Brasil, a configuração assumida pela estrutura econômica, dada a constante substituição de produtos — seus ciclos econômicos —, engendrou, desde o período colonial, expressivos espaços em vários pontos do território, o que contribuiu para a formação de uma rede urbana relativamente complexa, comparativamente com a dos demais países latino-americanos, onde prevalece um sistema fortemente polarizado. A industrialização que substituiu a economia primário-exportadora concentra as atividades industriais modernas, originando o maior centro urbano do País, que se encontra na Região Sudeste, mais especificamente em São Paulo. No entanto essa situação não é suficiente para conformar um modelo polarizador, pois o País apresenta outros significativos parques industriais, onde o Rio Grande do Sul sustenta o terceiro lugar. Cabe ressaltarmos que, embora com uma rede urbana mais equilibrada, o Brasil

<sup>3</sup> A caracterização resumida desses períodos políticos e econômicos da Região Nordeste da Argentina, especificamente das Províncias de Corrientes e de Misiones, pode ser encontrada em Tarso Nuñez (1990). Para aprofundar a compreensão das desigualdades regionais da economia argentina, indicamos Rofman e Marqués (1988).

apresenta profundas desigualdades regionais, por exemplo, a situação das Regiões Norte e Nordeste comparada à das Regiões Sul e Sudeste.

O Estado do Rio Grande do Sul também carrega internamente suas disparidades regionais, basicamente em função do desenvolvimento das atividades econômicas relacionadas com a pecuária no sul e com a lavoura no centro e no norte. A industrialização que se desenvolveu em torno de Porto Alegre fortaleceu essa região, destacando-a como centro de crescimento econômico. A Campanha, região em que se localizam os Municípios de Uruguaiana e São Borja, é caracterizada por uma produção eminentemente agropecuária, apresentando um baixo desempenho nos últimos anos, com ressalvas para a lavoura do arroz. Quanto à indústria, esta experimenta um permanente declínio, com exceção da indústria beneficiadora de arroz (ALONSO, BANDEIRA, 1990).

Essa exposição esboça de forma singela as características gerais de uma região que, com o processo de integração do Cone Sul, estará amplamente vulnerável aos seus impactos. Integrar, aponta Posse (1991), pode ser entendido como tornar algo inteiro, construir unidade. Esse processo envolve níveis de avanço até sua concretização, assim como metas definidas no tempo, e certamente instrumentos e mecanismos.

As experiências anteriores de integração na América Latina não tiveram muito êxito, eram carregadas de um discurso generalista, restritas ao setor econômico, que buscava acordos comerciais. Geralmente, a dimensão econômica tem um peso maior, porém outros elementos podem submeter seu desenvolvimento, criando barreiras e também estímulos.

Ainda conforme Posse (1991),

"(...) a integração se baseia numa vantagem física: a vizinhança dos países que participam; esta condição se expressa em vários aspectos e especificamente no econômico, em menores custos de transporte e comunicações. Por outro lado, apresentam-se outras dimensões da integração, como a cultural, a ambiental, a política e a social, cuja incidência depende da escala territorial em que o processo de integração é considerado"<sup>4</sup>.

As iniciativas atuais de integração na América do Sul — assim como outros processos que estão ocorrendo, principalmente no Canadá, nos Estados Unidos e no México, de um lado, e na Europa, de outro — contemplam medidas referentes às áreas de âmbito binacional, as fronteiras.<sup>5</sup> Dos planos e acordos assinados pelos governos dos países do Cone Sul nos últimos anos, depreende-se que as ações estão voltadas para a problemática mais geral, que se refere à busca de superação da crise e à retomada do crescimento, numa perspectiva mundial e local. Segundo Schaffer (1990),

<sup>4</sup> No original: "(...) la integración se basa en una ventaja física: la vecindad de los países que participan; esta condición se expresa en varios aspectos y específicamente en lo económico, en menores costos de transporte y comunicaciones. Por otra parte, se presentan otras dimensiones de la integración, como la cultural, ambiental, política o social, cuya incidencia depende de la escala territorial en que el proceso de integración es considerado"

<sup>5</sup> Observamos a existência de situações onde três países convergem numa zona de fronteira, por exemplo, a das Cataratas do Iguaçu, reunindo Argentina, Brasil e Paraguai.

"(...) a integração fronteiriça é visualizada como uma variante da integração maior e que merece uma atenção especial, na medida em que as desigualdades entre economias nacionais próximas, com atração de recursos, sobretudo humanos, de um país em relação a outro, podem transformar-se num efeito sério e não desejado da integração em nível local".

A preocupação com o papel das regiões de fronteira está explicitado no **Protocolo nº 23 do Acordo de Integração e Cooperação Econômica Argentina-Brasil**, denominado Regional Fronteiriço, assinado em reunião presidencial datada de 29 de novembro de 1988, que oficializa a participação da região limítrofe dos dois países, constituída pelas províncias argentinas de Corrientes (CO), Chaco (CH), Entre Rios (ER), Formosa (FO), Misiones (MI) e Santa Fé (SF) e pelos estados brasileiros do Paraná (PR), de Santa Catarina (SC) e do Rio Grande do Sul (RS).

O objetivo principal desse protocolo é o desenvolvimento conjunto e equilibrado da região, reconhecendo que essa é uma das áreas privilegiadas, pois integra forças sociais e econômicas que, adequadamente orientadas, podem potencializar os recursos e promover o crescimento. Para o cumprimento desse objetivo, foi criado o Grupo de Trabalho Permanente, constituído pelos Ministérios das Relações Exteriores, que ficaram com a coordenação executiva, pelas províncias da Argentina e pelos estados do Brasil envolvidos.

São atribuições desse grupo a elaboração de projetos que aprofundem e diversifiquem as relações econômicas e comerciais regionais; a promoção de um uso mais racional e eficiente dos serviços públicos; o desenvolvimento de projetos de cooperação técnica, econômica e financeira para a produção, o armazenamento, a comercialização e o desenvolvimento tecnológico e de transportes de produtos da região; a implementação de iniciativas para a ampliação das vinculações fluviais, terrestres e aéreas, inclusive com cooperação nas áreas de telecomunicações e complementação energética; e a promoção do envolvimento do empresariado privado no processo de integração (MACADAR, BELLO, 1990).

Esse mesmo protocolo cria os Comitês de Fronteira nas Cidades de Foz do Iguaçu-Puerto Iguazú e de Uruguaiana-Paso de Los Libres,<sup>6</sup> com a finalidade de desenvolver e integrar essas zonas, facilitando a circulação de pessoas, mercadorias e veículos, e de promover acordos nas áreas econômica, comercial, cultural, educativa, científica e desportiva. Está prevista a criação dos Comitês de La Cruz-Itaqui (CO-RS), de Santo Tomé-São Borja (CO-RS) e de Bernardo Irigoyen-Dionísio Cerqueira (MI-PR).

É exemplo de ações desenvolvidas no marco desse protocolo regional o projeto de edificação de uma ponte sobre o rio Uruguai que ligue as Cidades de São Tomé e São Borja; assim como a construção de um gasoduto que concretize a venda de gás natural argentino para a Região Sul do Brasil, passando por Paso de Los Libres e Uruguaiana.

<sup>6</sup> Sobre o tema Comitês de Fronteira, ver a revista *Integración Latinoamericana*, nº 156, 1990, onde Eugenio O. Valenciano aponta, no seu artigo *Los Comitês de Frontera: Funcionamiento y Experiencia*, que o primeiro comitê instalado no Cone Sul foi em 1979, na zona de fronteira da Ciudad del Este, antiga Cidade Presidente Stroessner (Paraguai), e de Foz do Iguaçu (Brasil). Esse comitê resultou de um dos acordos contidos na Ata da Décima Segunda Reunião Paraguai-Brasil dos organismos de aplicação do Convênio de Transporte Terrestre de 1966, e cuja finalidade inicial era a agilização do tráfico internacional na ponte dessa zona fronteiriça. Atualmente, existe um número significativo de comitês na América do Sul.

## Caracterização da região fronteiriça: Província de Corrientes (Argentina) e Estado do Rio Grande do Sul (Brasil)

O objetivo dessa caracterização é situar a região de Corrientes e do Rio Grande do Sul, utilizando alguns dados sócio-econômicos, na tentativa de detectar sua relevância no contexto dos seus respectivos países. Além disso, busca esboçar o significado dos núcleos urbanos de Paso de Los Libres e Santo Tomé frente à sua província, bem como de Uruguaiana e São Borja com respeito ao seu estado, e, finalmente, destacar algumas questões referentes a essas duas conurbações binacionais sujeitas aos impactos do processo de integração do Cone Sul.

As informações empíricas são procedentes do Instituto Nacional de Estadística y Censo (INDEC), principalmente do último **Censo Nacional de Población y Viviendas**, e do Consejo Federal de Inversiones (CFI) no que diz respeito à Argentina. Com relação ao Brasil, os dados têm como fontes os **Censos Demográficos** da Fundação Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) e o Núcleo de Contas Regionais da FEE.

É necessário ressaltarmos as dificuldades encontradas, as quais se referem fundamentalmente à carência de informações atualizadas, pois tanto o Brasil como a Argentina realizaram seus últimos levantamentos censitários com atraso. Nos Censos de 1991, temos acesso a dados preliminares sobre as populações totais, portanto, não estamos trabalhando com populações urbanas.

Não obstante as limitações, foi traçado um panorama recente sobre a região de fronteira contemplada, esperando fornecer embasamento para alcançarmos uma compreensão mais ampla acerca das suas perspectivas frente ao processo de integração.

A Província de Corrientes localiza-se na Região Nordeste da Argentina, também denominada Mesopotâmia, em referência à que se encontra na Ásia Menor, entre os rios Eufrates e Tigre. A Região Nordeste é integrada pelos rios Iguaçu, Paraná e Uruguai. Em Corrientes, mais especificamente, encontramos o rio Uruguai a leste, formando a fronteira com o Brasil, e o rio Paraná em seus limites oeste e norte. A superfície dessa província é comparável à da Nicarágua, ocupando 3,17% do território argentino. O Estado do Rio Grande do Sul, no extremo sul do Brasil, tem sua extensão equivalente à antiga Iugoslávia, correspondendo a 3,08% do território nacional (Tabela 1).

Embora haja uma semelhança em termos da dimensão territorial de Corrientes e do Rio Grande do Sul frente aos seus respectivos países, não ocorre o mesmo com relação ao desempenho econômico, avaliado através do Produto Nacional Bruto (PNB) e da renda *per capita*. A Província de Corrientes foi responsável, em 1989, por 1,72% do PNB da Argentina, enquanto o Estado do Rio Grande do Sul gerou 7,93% do PNB brasileiro (Tabela 1).

O exame da renda *per capita* de 1989 dessas duas regiões mostra que a de Corrientes é menor do que a encontrada para seu país, já a renda *per capita* do Rio Grande do Sul é maior que a do Brasil. Quando comparamos os estados vizinhos, constatamos a situação superior do Rio Grande do Sul, pois sua renda *per capita* corresponde ao dobro da renda de Corrientes (Tabela 1).

Na tentativa de um detalhamento do significado da economia desses estados, utilizamos a distribuição da População Economicamente Ativa (PEA) por setores de atividade, ressaltando que a ausência de informações atualizadas exigiu uma abordagem retrospectiva e que não foi possível uma compatibilidade rigorosa quanto à metodologia usada para a obtenção desses indicadores, tendo em vista os dois países.

Tabela 1

Superfície, Produto Nacional Bruto e renda "per capita" da Argentina, do Brasil, da Província de Corrientes e do Rio Grande do Sul — 1989

DIVISÕES POLÍTICO-TERRITORIAIS	SUPERFÍCIE (km)	PNB (US\$ bilhões)	RENDA "PER CAPITA" (US\$)
Argentina .....	2 780 400	68,90	2 160
Corrientes .....	88 199	1,19	1 547
Brasil .....	8 511 965	374,14	2 540
Rio Grande do Sul ...	265 937	29,67	3 361

FONTE: Banco Mundial.

IBGE.

Consejo Federal de Inversiones.

FEE/Núcleo de Contas Regionais.

Constatamos que Corrientes se distingue da Argentina, em seu conjunto, com relação ao Setor Primário, pois apresenta, nos anos contemplados, o dobro da PEA nessa atividade. Essa situação se inverte no tocante ao setor industrial, com exceção do ano de 1980, quando a diferença diminui. O Setor Terciário detém a ênfase, tanto na economia regional como na nacional (Tabela 2).

Resguardando as possíveis diferenças nos critérios dos levantamentos, chama atenção a semelhança das distribuições de Corrientes e do Rio Grande do Sul no que se refere à PEA por setor de atividade (Tabela 2).

Ao analisarmos a tendência do Rio Grande do Sul comparativamente ao quadro médio brasileiro de 1960 até 1980, percebemos uma quase perfeita sincronia na distribuição da PEA por setores de atividade (Tabela 2).

Desenhar o perfil de urbanização dessa região fronteira constitui-se numa tarefa particularmente difícil, entretanto a intensidade das mudanças que estão se processando nas diferentes esferas da realidade do Cone Sul impõe o enfrentamento dessa dificuldade. Nesse sentido, utilizaremos indicadores que nos esclareçam a respeito da dimensão populacional apresentada pelos núcleos urbanos comparativamente às capitais dos seus estados, aos seus estados e aos seus países, com o objetivo de construir uma abordagem que retrate com razoável fidedignidade a dinâmica demográfica em curso.

Tabela 2

Distribuição da População Economicamente Ativa por setores de atividade, na Argentina, no Brasil, na Província de Corrientes e no Rio Grande do Sul — 1960, 1970 e 1980

SETORES	ARGENTINA			CORRIENTES			BRASIL			RIO GRANDE DO SUL		
	1960	1970	1980	1960	1970	1980	1960	1970	1980	1960	1970	1980
Primário ....	20,0	16,2	12,9	42,4	34,9	29,5	54,5	44,3	29,5	54,8	47,0	28,8
Secundário ...	35,8	31,9	33,8	18,3	18,1	23,7	12,3	17,9	24,9	10,7	16,1	26,2
Terciário ...	44,2	51,9	53,3	39,3	47,0	46,8	33,2	37,8	45,6	34,5	37,4	45,0

FONTE: CENSO NACIONAL DE POBLACIÓN 1960 (s.d.). Buenos Aires: INDEC.  
 CENSO NACIONAL DE POBLACION Y VIVENDA 1970 (s.d.) Buenos Aires. INDEC.  
 CENSO NACIONAL DE POBLACION Y VIVENDA 1980 (s.d.) Buenos Aires. INDEC.  
 CENSO DEMOGRÁFICO 1960: Brasil (s.d.) Rio de Janeiro. IBGE.  
 CENSO DEMOGRÁFICO 1960: Rio Grande do Sul (s.d.). Rio de Janeiro. IBGE.  
 CENSO DEMOGRÁFICO 1970: Brasil (1973). Rio de Janeiro. IBGE.  
 CENSO DEMOGRÁFICO 1970: Rio Grande do Sul (1973). Rio de Janeiro. IBGE.  
 CENSO DEMOGRÁFICO 1980: Brasil (1983). Rio de Janeiro. IBGE.  
 CENSO DEMOGRÁFICO 1980: Rio Grande do Sul (1984). Rio de Janeiro. IBGE.

Com relação ao crescimento populacional apresentado no período 1980-91, Paso de Los Libres mostrou a maior proporção, perdendo somente para a capital da Província. É necessário ressaltar que Santo Tomé mostrou um crescimento também significativo e que essas três localidades se distinguem enfaticamente da Província e do País. Já Uruguaiana teve a maior variação da população, quando relacionada com a do Brasil, com a do Rio Grande do Sul e com a da sua capital, assim como a de São Borja (Tabela 3).

Em termos da taxa média de crescimento anual, o quadro repete-se para os dois países examinados. Esse indicador nos permite dizer que Paso de Los Libres e Uruguaiana apresentam um acréscimo de população anual semelhante, pois suas taxas correspondem a 2,66% a.a. e 2,30% a.a respectivamente. O que já não acontece com Santo Tomé e São Borja, onde o primeiro tem uma taxa quase o dobro da do segundo (Tabela 3).

A Província de Corrientes, no que diz respeito à distribuição espacial da população, absorve uma proporção bem menor que a do Estado do Rio Grande do Sul frente ao Brasil. Agora, ao examinarmos os municípios no contexto dos seus estados, percebemos uma distinção, já que Paso de Los Libres, Santo Tomé e a capital correntina concentram nos seus territórios uma proporção de população mais significativa que os municípios gaúchos em destaque (Tabela 3).

Considerando a densidade demográfica, que relaciona habitantes por quilômetro quadrado, os dados do lado brasileiro são significativamente superiores aos do lado argentino (Tabela 3).



Tabela 3

Indicadores representativos do perfil de urbanização na região fronteira  
de Corrientes-Rio Grande do Sul — 1991

DIVISÕES POLÍTICO-TERRITORIAIS	POPULAÇÃO TOTAL	VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO 1991/1980 (1) (%)	TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO ANUAL (2) (%)	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL (%)	SUPERFÍCIE (km²)	DENSIDADE (hab./km²)
Argentina .....	32 608 687	16,70	1,47	100,00	2 780 400	11,72
Corrientes (provincia)	795 021	20,20	1,76	(3)2,43	88 199	9,01
Corrientes (capital)	267 742	42,60	3,42	33,67	500	535,48
Paso de Los Libres ...	41 126	32,00	2,66	5,17	4 700	8,75
Santo Tomé .....	43 329	31,40	2,62	5,45	7 359	5,88
Brasil .....	146 154 502	22,82	1,89	100,00	8 511 965	17,17
Rio Grande do Sul ....	9 127 611	17,41	1,47	(3)6,24	265 937	34,32
Porto Alegre (capital)	1 262 631	12,19	1,05	13,83	522	2 418,83
Uruguaiana .....	117 457	28,37	2,30	1,28	6 560	17,90
São Borja .....	63 868	15,63	1,33	0,69	5 082	12,56

FONTE: CENSO NACIONAL DE POPULAÇÃO E HABITAÇÃO 1980 (s.d.). Buenos Aires: INDEC.

CENSO NACIONAL DE POPULAÇÃO E HABITAÇÃO 1991: dados provisórios (s.d.). Buenos Aires: INDEC.

CENSO DEMOGRÁFICO 1980: Brasil (1983). Rio de Janeiro: IBGE.

CENSO DEMOGRÁFICO 1980: Rio Grande do Sul (1984). Rio de Janeiro: IBGE.

CENSO DEMOGRÁFICO 1991: Brasil; dados preliminares (1992). Rio de Janeiro: IBGE.

(1) Variação relativa:  $[(Pt-Po)/Po] \times 100$ , onde Pt= população em 1991; Po= população em 1980; e t= tempo entre 1980 e 1991. (2) Taxa média de crescimento anual  $\left(\sqrt[t]{\frac{Pt}{Po}} - 1\right) \times 1.000$ , onde Pt= população em 1991; Po= população em 1980; e t= tempo entre 1980 e 1991.

As informações provisórias dos Censos de 1991 realizados na Argentina e no Brasil apontam a seguinte situação: frente ao total dos municípios correntinos, que somam 25, Paso de Los Libres e Santo Tomé, em termos populacionais, ocupam o terceiro e o quarto lugar respectivamente; já o Rio Grande do Sul é composto por 333 municípios, onde Uruguaiana detém o décimo quinto, e São Borja, o vigésimo nono lugar.

## Considerações finais: limites e possibilidades da integração fronteira

Esta caracterização não permite elaborar considerações mais conclusivas quanto às mudanças a nível territorial que podem sofrer essas áreas face ao processo de integração. Porém nossa contribuição explicita-se quando indicamos algumas questões que, certamente, serão alvo de reflexão na busca de medidas que estimulem a construção dessa unidade fronteira.

A participação das regiões na formulação de projetos de desenvolvimento em áreas binacionais enfrenta, em maior ou menor grau, as travas burocráticas, pois fazem parte do quadro da política exterior do país. É fundamental encontrar um equilíbrio entre uma certa autonomia das regiões e o governo central frente ao processo de tomada de decisões.

Uma dificuldade que será encontrada respalda-se na desigualdade e no isolamento com que se defronta a Província de Corrientes perante o contexto econômico da Argentina. Já o Rio Grande do Sul apresenta um quadro sócio-econômico harmônico com a dinâmica brasileira.

Quanto à relação entre as regiões, as informações sobre o desempenho econômico salientam a superioridade do Rio Grande do Sul. Em termos especulativos, essa condição não pode ser traduzida como um limite para as iniciativas de integração econômica. Todavia a tentativa de formação de um espaço econômico comum pela complementaridade das atividades entre regiões com uma estrutura produtiva bastante semelhante, como demonstra a distribuição da PEA por setores, pode se constituir em barreira para essas iniciativas.

Com respeito à questão demográfica, os dados obtidos mostram uma disparidade entre os estados e entre as unidades administrativas estudadas. As conurbações Paso de Los Libres-Uruguaiana e Santo Tomé-São Borja apresentam uma desigualdade significativa em termos populacionais, já que os municípios brasileiros contribuem com um número bem maior de habitantes, principalmente Uruguaiana. Esse fato evoca a necessidade de conhecer os fluxos populacionais que são estabelecidos nessas áreas.

Dado o quadro esboçado, nossas expectativas colocam-se no sentido de que a promoção de iniciativas de integração fronteiriça tenha que vencer sérias barreiras, onde a vontade política, respaldada na atuação da comunidade, encontre formas alternativas para levar a um processo de desenvolvimento conjunto.

O leque das possibilidades de ingerência nas áreas de fronteira vai além da criação de projetos de desenvolvimento econômico, que geralmente envolvem os recursos energéticos e hídricos, transporte e até agroindústria. Outros elementos vêm se agregando ao econômico, como é o caso do ecológico — já que a poluição não obedece aos limites entre os países vizinhos, exigindo a definição de medidas conjuntas.

Nesse bojo, surge também a tendência de estabelecer um planejamento comum para as cidades que formam conurbações, tanto com base na instalação de infra-estrutura como no provimento e na complementaridade dos serviços urbanos.

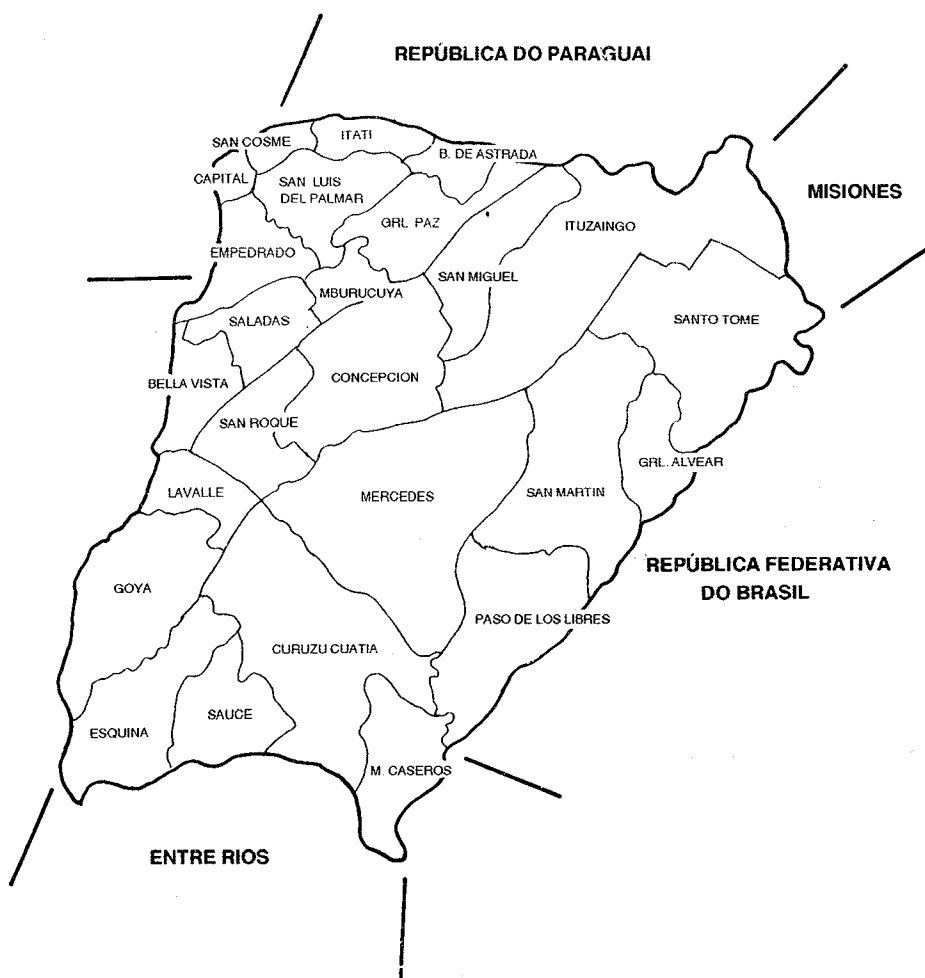
Frente às considerações expostas, resta apontarmos a necessidade da realização de estudos sobre as potencialidades e os recursos das áreas de fronteira e sobre as demandas da comunidade local para subsidiar os projetos de desenvolvimento conjunto.

Finalmente, cabe assinalarmos que esse processo de integração é recente. O papel das regiões na elaboração da política exterior, bem como a possibilidade de articulação entre regiões de países vizinhos estão sendo definidos. Porém o contexto que a América Latina enfrenta, dadas a tendência à internacionalização da economia e a sua nova tentativa de integração, coloca as áreas de fronteira como uma questão emergente.

## REPÚBLICA ARGENTINA — DIVISÃO POLÍTICA



**PROVÍNCIA DE CORRIENTES — SUBDIVISÃO EM  
DEPARTAMENTOS**



## Bibliografia

- ALONSO, José A. F., BANDEIRA, Pedro S. (1990). Crescimento inter-regional no Rio Grande do Sul, nos anos 80. In: ALMEIDA, Pedro F. C., coord. **A economia gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira**. t.1. Porto Alegre: FEE.
- BOLOGNESI-DROSDOFF, Maréa Cecília (1991). **Cooperación e integración fronteriza: bibliografía**. Buenos Aires: BID/INTAL.
- BOLOGNESI-DROSDOFF, Maria Cecilia (1990). Iniciativas de integración fronteriza en América Latina. **Integración Latinoamericana**, Buenos Aires: INTAL, v.156, n.15, p.14-27.
- ITBACH, Ôurea C. de M. (1988). **Estudo sobre o conceito de região**. Porto Alegre: FEE. 96p. (Teses, 13).
- CASTELLS, Manuel (1986). Mudanças tecnológicas, reestruturação econômica e a nova divisão espacial do trabalho. **Espaço & Debates**; São Paulo: NERU, v.6, n.17, p.5-23.
- CEUR (1985). **Diagnóstico y elementos para la formulación de uma estratégia para la región NEA**. t.1-2. (Proyecto ARG/83/013 PNUD).
- FLORES, Francisco Thompson (1986). Adeus à retórica: rumo à integração. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, Rio de Janeiro: FUNCEX, v.8, n.1, p.11-14.
- FREITAS, Décio (1980). **O capitalismo pastoril**. Porto Alegre: Escola Superior de Tecnologia São Lourenço de Brindes. p.9-52.
- JANOTTI, Aldo (1975). Historiografia brasileira e teoria da fronteira natural. **Revista de História**, v.101.
- MACADAR, Beky M. de (1988). Mercado comum do sul (mercosul): o multilateralismo na ALADI. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.19, n.1, p.14-27.
- MACADAR, Beky M. de, BELLO, Teresinha (1990). O Rio Grande do Sul e integração latino-americana. In: ALMEIDA, Pedro F. C., coord. **A economia gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira**. t.3. Porto Alegre: FEE.
- MASSAD, Carlos (1989). Una nueva estrategia para la integración. **Revista de la Cepal**, Santiago do Chile, n.37, p.105-113, abr.
- NEVES, Gervásio R. (1976). **Fronreira gaúcha**. Belo Horizonte. (Tese de Livre Docência, UFMG). (Mimeo).
- NEVES, Gervásio R. (1990). A rede urbana e as fronteiras: notas prévias. In: OLIVEIRA, Naia, BARCELLOS, Tanya, org. **O Rio Grande do Sul urbano**. Porto Alegre: FEE. p.118-140.
- NUÑEZ, Tarso (1990). **Diagnóstico sócio-econômico da região de Misiones, Brasil e Argentina**. (s.n.t.) (Mimeo).
- OLIVEIRA, Naia (1991). Inquietações metodológicas: o urbano e a urbanização como objeto de análise. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.11, n.2, p.455-461.

- OLIVEIRA, Naia (1990). O processo de urbanização no Rio Grande do Sul: características recentes. In: ALMEIDA, Pedro F. C., coord. **A economia gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira**. t.1. Porto Alegre: FEE.
- OSORIO, Helen (1990). **Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino**. Porto Alegre. (Curso de Pós-Graduação em História, UFRGS) (Mimeo).
- PORTES, Alejandro (1990). **La urbanizacion de America Latina en los anos de crisis**. São Paulo. (Textos de Apoyo. Tema, n.7). (Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, USP). (Mimeo).
- POSSE, Ernesto G. (1991). Marco conceptual de la integración fronteriza promovida: las iniciativas de integración fronteriza. In: FRONTERA, integración y después... el desarrollo regional integrado: un aspecto específico de la integración nacional. Montevideo: CIESU-LOGOS.
- ROFMAN, Alejandro B., MARQUÉS, Nora (1988). **Desigualdades regionales en la Argentina: su evolución desde 1970**. Buenos Aires: CEUR. (Cuadernos del CEUR, n.22).
- SANTOS, Milton (1979). **Espaço e sociedade: ensaios**. Petrópolis: Vozes. 156p.
- SANTOS, Milton (1988). O meio técnico científico e a urbanização no Brasil. **Espaço & Debates**, São Paulo: Parma, n.25, p.58-62.
- SCHAFFER, Neiva O. (1990). Urbanização: as áreas de fronteira e a integração latino-americana. In: OLIVEIRA, Naia, BARCELLOS, Tanya, org. **O Rio Grande do Sul urbano**. Porto Alegre: FEE. p.141-160.
- VALENCIANO, Eugenio O. (1990). Los comités de frontera: funcionamiento y experiencia. **Integración Latinoamericana**, Buenos Aires: INTAL, v.156, n.15, p.40-52.
- VAPNARSKY, César A., GOROJOVSKY, Néstor (1990). **El crecimiento urbano en la Argentina**. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano - IIED, América Latina.